

## **The Challenges Of Alphabetization And Literacy In Contexts Of Social Vulnerability**

***Edinaldo Enoque da Silva Junior***

*Doutorando (UNADES). Professor de História na Rede Estadual de Santa Catarina (SED/SC).*

***Débora Viana de Souza***

*Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas (Universidade Franciscana). Psicóloga (UNIJUI). Psicóloga na Prefeitura Municipal de Ceres/GO.*

***Feiruque de Jesus dos Santos***

*Mestrando em Educação no PPGE/UFFS.*

***Jenerton Arlan Schütz***

*Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUI). Professor e Pesquisador Permanente na Universidade Católica de Brasília (UCB/DF). Professor Visitante no Instituto Federal Goiano (IF GOIANO).*

***Rodrigo Luis Mingori***

*Mestre em Educação (UNIOESTE).*

***Sérgio Roberto Santos***

*Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUI). Professor na Rede Municipal de Augusto Pestana/RS e Ajuricaba/RS.*

***Taíza Gabriela Zanatta Crestani***

*Docente no curso de Psicologia da UNOESC. Mestre em Ciências Sociais (UNIOESTE).*

---

### ***Abstract:***

*This article aims to explore the complexities and obstacles present in the literacy and literacy process in socio-economically disadvantaged areas. Initially, the research contextualizes the importance of literacy and literacy, highlighting how these processes are fundamental for full citizenship and human development. Using theories from Pierre Bourdieu (1986), Lev Vygotsky (1978), Paulo Freire (2005) and Magda Soares (2003), the study investigates how socio-economic and cultural factors negatively impact these educational processes. The analysis extends to examine the impact of social conditions on literacy, discussing the influence of cultural practices and reading habits. Jean Anyon (1997) and Bernard Lahire (2004) are referenced to illustrate how social inequalities are reflected in education. In addition, the article proposes pedagogical strategies to overcome barriers in education. Active teaching methodologies, Paulo Freire's critical pedagogy and the use of educational technologies are discussed as effective practices. Continued teacher training is highlighted as crucial to the implementation of these strategies. Public policies, such as the National Education Guidelines and Bases Law (LDB) and the National Education Plan (PNE), are evaluated for their role in promoting literacy. Specific programs, such as the National Program for Literacy at the Right Age (PNAIC), are analyzed for their effectiveness in vulnerable contexts. Finally, the article offers recommendations for public policies and*

*pedagogical practices aimed at promoting equitable and inclusive education. The research concludes that, with an integrated approach adapted to local realities, it is possible to transform education and, consequently, the lives of thousands of Brazilians in contexts of social vulnerability.*

**Keywords:** *Alphabetization. Literacy. Social Vulnerability. Public Policies. Pedagogical Strategies.*

Date of Submission: 07-06-2024

Date of Acceptance: 17-06-2024

---

## **I. Introdução**

*A alfabetização e o letramento são processos fundamentais para o desenvolvimento humano e social, constituindo pilares essenciais para a cidadania plena e o exercício dos direitos fundamentais. Em contextos de vulnerabilidade social, onde a pobreza, a exclusão e a falta de recursos prevalecem, esses processos enfrentam desafios significativos que comprometem a equidade e a qualidade da educação (ABRAMOVAY, 2002, p. 23).*

O presente artigo busca explorar as múltiplas dimensões desses desafios, analisando tanto os fatores que os agravam quanto as estratégias possíveis para superá-los. A escolha do tema se justifica pela necessidade urgente de compreender e enfrentar as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento educacional de milhões de brasileiros. A educação, além de ser um direito constitucional garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é um meio poderoso para romper o ciclo de pobreza e promover a inclusão social.

No entanto, em áreas de alta vulnerabilidade, a concretização desse direito encontra obstáculos que vão desde a falta de infraestrutura escolar adequada até a carência de formação contínua para os professores, passando por questões socioeconômicas que afetam diretamente as famílias dos estudantes (CARMO, 2018).

O artigo está estruturado em três seções: i) a primeira fornece uma visão geral sobre o que é alfabetização e letramento, explicando sua importância e os desafios gerais encontrados nesses contextos. Aborda-se a teoria de Pierre Bourdieu (1986) sobre a reprodução das desigualdades sociais pela educação, além das contribuições de Magda Soares (2003) e Emília Ferreiro (1985), entre outros; ii) já a segunda seção, discute como fatores socioeconômicos e culturais influenciam o processo de alfabetização e letramento de crianças e adultos em contextos vulneráveis. A análise inclui a teoria sociocultural de Lev Vygotsky (1978) e a importância da mediação social, bem como as contribuições de Jean Anyon (1980) e Bernard Lahire (1990) sobre a influência das práticas culturais e dos hábitos de leitura nas diferentes classes sociais; por fim, mas não menos importante, a terceira seção examina a importância das políticas educacionais e sociais na criação de um ambiente favorável para a alfabetização e letramento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, aborda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e diretrizes para a organização do sistema educacional brasileiro, destacando a importância da inclusão e equidade na educação. Não obstante, também se tematiza o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que define metas específicas para a alfabetização e a formação continuada de professores, visando a melhoria das condições de trabalho nas escolas e a redução das desigualdades educacionais.

Ademais, destaca-se a importância de políticas públicas eficazes e de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa busca oferecer recomendações práticas para a implementação de estratégias que promovam a equidade educacional e a inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, este artigo pretende não apenas identificar os problemas e desafios relacionados à alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade, mas também propor soluções e estratégias que possam ser adotadas por educadores, gestores e formuladores de políticas públicas. Acredita-se que, através de uma análise aprofundada e de um olhar crítico sobre as práticas educacionais, seja possível encontrar caminhos para transformar a realidade de milhares de brasileiros, promovendo uma educação de qualidade para todos.

## **II. Contextualização E Importância Da Alfabetização E Letramento Em Contextos De Vulnerabilidade Social**

Ao escrevermos sobre a importância da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social, é essencial fornecer uma visão abrangente sobre os conceitos de alfabetização e letramento, destacando sua importância e os desafios enfrentados em contextos de vulnerabilidade social. Conforme Dedecca (2007, p. 39): “A alfabetização refere-se ao processo de aprender a ler e escrever, enquanto o letramento envolve o uso efetivo dessas habilidades na vida cotidiana, permitindo que os indivíduos interpretem e produzam textos em diversos contextos”. Magda Soares, em seu livro “Letramento: um tema em três gêneros” (2003), explora a distinção entre esses conceitos e enfatiza a importância do letramento para o desenvolvimento social e acadêmico.

A alfabetização e o letramento são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social. Paulo Freire, em sua obra “A Pedagogia do Oprimido” (1970), destaca que a educação é um meio de libertação, possibilitando que os indivíduos compreendam e transformem sua realidade. A UNESCO também reconhece a alfabetização como um direito humano essencial, crucial para o desenvolvimento socioeconômico e a participação cidadã plena.

Segundo Ferreiro (1996, p. 46):

Em contextos de vulnerabilidade social, os desafios para alcançar a alfabetização e o letramento são numerosos e complexos. Fatores como pobreza, falta de infraestrutura escolar, escassez de materiais didáticos e a necessidade de crianças trabalharem para complementar a renda familiar são barreiras significativas.

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em “A Reprodução” (1975), discutem como as desigualdades sociais são perpetuadas pela estrutura do sistema educacional, dificultando a ascensão social de indivíduos provenientes de classes menos favorecidas. Para os autores:

Os sistemas de ensino contribuem para a reprodução das desigualdades sociais, na medida em que transmitem e legitimam as diferenças culturais herdadas das condições sociais. A escola favorece aqueles que possuem a cultura escolar, transmitida pela família, e penaliza aqueles que dela estão mais distantes. Assim, as práticas pedagógicas tendem a reforçar as desigualdades de capital cultural entre os alunos, convertendo essas diferenças em desigualdades escolares que, por sua vez, perpetuam as desigualdades sociais. (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 33).

No Brasil, diversas políticas públicas e leis foram implementadas para enfrentar esses desafios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelece diretrizes para garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, define metas e estratégias para a melhoria da educação, incluindo a alfabetização de crianças na idade certa e a redução das desigualdades educacionais. Além disso, programas como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) buscam fornecer apoio financeiro e pedagógico para famílias e escolas em regiões vulneráveis, visando melhorar os índices de alfabetização e letramento.

A contextualização e a importância da alfabetização e do letramento em contextos de vulnerabilidade social destacam a necessidade de um esforço coletivo que envolva a sociedade, as instituições educacionais e o governo. A implementação de políticas eficazes e o compromisso com práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para superar os desafios e promover uma educação de qualidade para todos. Autores como Paulo Freire e Magda Soares, além de leis e programas educacionais brasileiros, oferecem uma base sólida para compreender a complexidade do tema e orientar ações futuras.

Para Paulo Freire (2005, p. 45):

Na verdade, a questão fundamental não é mais como educar crianças e adultos do povo para uma cidadania autêntica, como sujeitos sociais e históricos de seu processo de humanização. A questão é, antes de tudo, como fazer do ato de educar um ato de intervenção na realidade concreta, para transformá-la. Não se trata, pois, de adaptar as crianças e os adultos do povo ao mundo que os explora, mas de transformá-lo, em favor das grandes maiorias populares.

Na mesma direção, para Soares (2003, p. 75):

Assim, se a escola ignora as práticas de letramento presentes no cotidiano dos alunos, deixa de aproveitar um valioso recurso pedagógico que, se integrado ao trabalho escolar, pode contribuir para uma alfabetização mais significativa e eficaz. Reconhecer e valorizar essas práticas, inserindo-as no contexto escolar, é uma forma de enfrentar as desigualdades educacionais e promover a inclusão social

A alfabetização e o letramento, em contextos de vulnerabilidade social, são processos cruciais para a promoção da cidadania e a inclusão social. A ausência dessas habilidades limita significativamente as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. “Em contextos vulneráveis, as dificuldades enfrentadas pelos alunos são amplificadas por uma série de fatores estruturais e sociais” (FERREIRO 2000, p. 16). As condições socioeconômicas desfavoráveis impactam diretamente o desempenho escolar. A pobreza, por exemplo:

força muitas crianças e adolescentes a abandonarem a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família. Isso é agravado pela falta de infraestrutura adequada nas escolas de regiões carentes, onde muitas vezes faltam recursos básicos como livros, materiais didáticos e até mesmo alimentação adequada (FERREIRO, 2001, p. 55).

Bourdieu e Passeron (1975) discutem como o capital cultural e econômico das famílias influencia diretamente o desempenho escolar, destacando a reprodução das desigualdades através do sistema educacional. Nesse contexto:

O sistema de ensino deve a sua eficácia ao fato de que ignora, na prática, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais, tratando todos os alunos como iguais em direitos e deveres, apesar das desigualdades de fato. Ao aplicar um critério uniforme a situações desiguais, o sistema escolar tende a transformar as desigualdades de condições em desigualdades de desempenho, justificando-as por diferenças de 'aptidão'. A distribuição desigual do capital cultural entre as classes sociais é, portanto, convertida em desigualdades legítimas de sucesso escolar (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 19).

Além disso, o ambiente familiar também desempenha um papel fundamental no processo de alfabetização e letramento. Conforme Martins (2015, p. 76): “Famílias em situação de vulnerabilidade frequentemente enfrentam múltiplos desafios, como baixa escolaridade dos pais, falta de tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos, e ambientes domésticos pouco propícios ao estudo”. Essas condições criam barreiras adicionais ao aprendizado, dificultando a aquisição e prática das habilidades de leitura e escrita.

Já no contexto das políticas públicas, elas desempenham um papel vital na tentativa de mitigar esses desafios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece diretrizes para assegurar o acesso universal e igualitário à educação, com a finalidade de garantir que todos os cidadãos brasileiros tenham a oportunidade de alcançar níveis básicos de alfabetização e letramento. No entanto, para Klein (2019, p. 76): “A implementação dessas diretrizes enfrenta obstáculos significativos, especialmente em áreas rurais e periféricas”.

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é uma iniciativa importante que visa enfrentar essas questões através de metas específicas para a melhoria da qualidade da educação. Assim:

Entre essas metas, destaca-se a alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, o que exige um esforço conjunto de políticas integradas e investimento em formação de professores, infraestrutura escolar e material didático (CARNEIRO, 2004, p. 124).

Outros programas como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) representam esforços concretos para apoiar famílias e escolas em regiões vulneráveis. O Bolsa Família, por exemplo, condiciona a transferência de renda à manutenção das crianças na escola, incentivando a frequência escolar e, indiretamente, melhorando os índices de alfabetização. O PNAIC, por sua vez, foca na formação de professores e na implementação de práticas pedagógicas eficazes para garantir que as crianças sejam alfabetizadas na idade apropriada. Para Contreras (2002, p. 115):

Apesar desses esforços, os desafios persistem. A efetividade das políticas públicas depende não apenas de sua concepção, mas também de sua execução e monitoramento contínuo. A formação contínua de professores é crucial, uma vez que eles estão na linha de frente do processo de ensino-aprendizagem. Iniciativas como o PNAIC têm demonstrado que a capacitação adequada dos educadores pode levar a melhorias significativas nos índices de alfabetização e letramento.

Além das políticas públicas, é fundamental a participação da comunidade e das organizações não-governamentais. Projetos comunitários e parcerias entre escolas e organizações locais podem proporcionar apoio adicional e recursos que complementam os esforços governamentais.

Esses projetos frequentemente oferecem atividades extracurriculares, reforço escolar e apoio psicossocial, criando um ambiente mais favorável para o aprendizado. Segundo Paro (2000, p. 89):

Para que a escola cumpra sua função social de forma eficaz, é imprescindível a articulação com a comunidade e o envolvimento de organizações não-governamentais. As parcerias entre escolas e instituições locais podem proporcionar uma rede de apoio essencial, oferecendo atividades extracurriculares, reforço escolar e suporte psicossocial. Essas iniciativas complementam as políticas públicas e ampliam as oportunidades de aprendizagem, criando um ambiente mais inclusivo e favorável ao desenvolvimento dos alunos.

O papel das tecnologias educacionais também não pode ser ignorado. Em tempos de crescente acesso à internet e tecnologias digitais, mesmo em regiões vulneráveis, a inclusão digital pode se tornar um aliado poderoso na promoção da alfabetização e do letramento. “Plataformas educacionais online, aplicativos de leitura e recursos didáticos digitais podem complementar o ensino tradicional, oferecendo novas formas de engajamento e aprendizado” (PARO, 2000, p. 90).

Em resumo, a alfabetização e o letramento em contextos de vulnerabilidade social são processos complexos que exigem uma abordagem multifacetada. Como aponta Garcia (2012, p. 101): “A combinação de políticas públicas eficazes, programas de apoio social, formação contínua de professores, participação comunitária e uso de tecnologias educacionais é essencial para enfrentar os desafios e promover uma educação inclusiva e de qualidade”.

### **III. Impacto Das Condições Sociais Na Alfabetização E Letramento**

O impacto das condições sociais na alfabetização e letramento é um tema central quando se discute a educação em contextos de vulnerabilidade. Fatores socioeconômicos e culturais têm um papel determinante no processo de aprendizagem, afetando diretamente as oportunidades e o desempenho escolar de crianças e adultos. Para Jacomini (2010, p. 54), “Em ambientes marcados pela pobreza, a falta de recursos materiais e humanos adequados é uma realidade constante. As escolas frequentemente enfrentam escassez de livros, materiais didáticos e infraestrutura básica, o que limita as possibilidades de uma educação de qualidade”.

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em “A Reprodução” (1970), argumentam que o sistema educacional tende a perpetuar as desigualdades sociais existentes, ao invés de mitigá-las. Segundo eles:

A escola frequentemente reflete e reforça as divisões sociais ao valorizar o capital cultural das classes dominantes e marginalizar o conhecimento e as práticas das classes populares. Este processo contribui para a

reprodução das desigualdades, já que os alunos oriundos de famílias de baixa renda têm menos acesso aos recursos culturais valorizados pela escola (BOURDIEU; PASSERON, 1970, p. 14).

Além deles, Bernard Lahire, em sua obra “A Cultura dos Indivíduos” (2004), amplia essa discussão ao mostrar como as práticas culturais e os hábitos de leitura variam entre os diferentes grupos sociais, influenciando diretamente o desempenho escolar e a formação do hábito de leitura e escrita. Segundo Lahire (2004, p. 33):

A cultura escolar só pode ser eficaz na medida em que se articula com as práticas culturais familiares. O fracasso escolar das crianças de meios populares resulta, em parte, do desencontro entre as práticas escolares e as práticas culturais familiares. As diferenças nos hábitos de leitura e escrita entre as classes sociais refletem-se diretamente no desempenho escolar, evidenciando a importância da cultura familiar na formação dos hábitos de leitura e escrita.

As condições de vida das famílias também influenciam significativamente a alfabetização e o letramento. Crianças de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica frequentemente enfrentam desafios adicionais, como a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, a falta de um ambiente doméstico propício ao estudo e a baixa escolaridade dos pais. Esses fatores criam barreiras ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Contudo,

[...] estudos mostram que a participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos é um dos principais fatores de sucesso acadêmico. No entanto, em contextos de vulnerabilidade, essa participação é muitas vezes limitada pela falta de tempo, recursos ou até mesmo pelo desconhecimento sobre a importância do envolvimento na educação dos filhos (ALARCÃO, 2001, p. 98).

Além do exposto, outro fator importante para compreender os aspectos que dificultam o bom desenvolvimento dos alunos nas escolas, está relacionado com o conceito de “escolas de guetos” presente no trabalho de Jean Anyon, por “Ghetto Schooling” (1997). Essa pesquisa destaca como a falta de recursos e apoio na escola e na comunidade contribui para o fracasso escolar entre crianças de comunidades urbanas de baixa renda. Segundo o autor (1997, p. 76):

Em escolas de gueto, a escassez de recursos materiais e humanos, aliada à ausência de apoio comunitário adequado, cria um ambiente educacional onde o fracasso é quase inevitável. As condições adversas enfrentadas por essas crianças, tanto na escola quanto na comunidade, minam suas oportunidades de sucesso acadêmico, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social.

Retomando a questão legal temos que destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelece a garantia de acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos como um princípio fundamental. Apesar disso, escreve Alves (2012, p. 32): “A implementação das diretrizes da LDB enfrenta desafios significativos, especialmente em áreas rurais e periféricas, onde a carência de recursos e infraestrutura é mais acentuada”.

Em se tratando de outro amparo legal observamos o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, que define metas específicas para a melhoria da educação, incluindo a alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. “Este plano visa reduzir as desigualdades educacionais através de uma série de estratégias, como a formação continuada de professores, a melhoria das condições de trabalho nas escolas e a oferta de materiais didáticos de qualidade” (ALVES, 2012, p. 33).

Além das políticas públicas, programas específicos como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) têm sido implementados para apoiar as famílias e as escolas em contextos de vulnerabilidade. O Bolsa Família, por exemplo, condiciona a transferência de renda à manutenção das crianças na escola, incentivando a frequência escolar e, indiretamente, melhorando os índices de alfabetização.

O PNAIC foca na formação de professores e na implementação de práticas pedagógicas eficazes para garantir que as crianças sejam alfabetizadas na idade apropriada.

O Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem como objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Para isso, o programa investe na formação continuada de professores e na disseminação de práticas pedagógicas eficazes, buscando aprimorar o ensino da leitura e escrita nas séries iniciais (BRASIL, 2012, p. 7).

Essa abordagem está alinhada com os princípios defendidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2010), que enfatizam a importância de compreender a psicogênese da língua escrita no processo de alfabetização. Ferreiro e Teberosky argumentam que a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo construtivo e que as crianças desenvolvem hipóteses sobre a escrita a partir de suas interações com o ambiente letrado.

No mesmo sentido, Magda Soares, uma referência no campo do letramento, em sua obra “Letramento: um tema em três gêneros” (2003), ressalta a importância de considerar as práticas sociais de leitura e escrita no contexto de vida dos alunos. Segundo ela:

O letramento vai além da simples aquisição da capacidade de ler e escrever, envolvendo a inserção dos indivíduos nas práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita. Em contextos de vulnerabilidade, é fundamental que a escola reconheça e valorize as experiências e conhecimentos prévios dos alunos, integrando-os ao processo de ensino-aprendizagem (SOARES, 2003, p. 20).

A alfabetização e o letramento são, portanto, processos profundamente influenciados pelas condições sociais e culturais dos indivíduos. A superação das barreiras impostas pela pobreza e pela exclusão social requer um esforço conjunto de políticas públicas eficazes, práticas pedagógicas inclusivas e o envolvimento ativo da comunidade.

#### **IV. O Papel Das Políticas Públicas Na Promoção Da Alfabetização E Letramento:**

*As políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da alfabetização e letramento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A criação de um ambiente favorável para a educação exige um conjunto de medidas que vão desde a elaboração de políticas educacionais abrangentes até a implementação de programas específicos que atendam às necessidades das populações mais vulneráveis (ARNOU, 2019, p. 77).*

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) é um marco fundamental para a educação, estabelecendo princípios e diretrizes para a organização do sistema educacional. Como destaca Bolzan (2002, p. 88):

A LDB reconhece a educação como um direito de todos e enfatiza a importância da inclusão e da equidade. Ela estabelece a obrigatoriedade da educação básica e promove a gestão democrática das escolas, além de orientar a formação de professores e a garantia de recursos materiais e financeiros adequados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, é outra política pública essencial que define metas específicas para a educação brasileira. Entre as metas do PNE, destaca-se a universalização da alfabetização para todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. O PNE também estabelece objetivos para a formação continuada de professores, a melhoria das condições de trabalho nas escolas e a redução das desigualdades educacionais. A implementação do PNE é monitorada através de indicadores que permitem avaliar o progresso e identificar áreas que necessitam de intervenção. Segundo Gouvêa (2016, p. 13):

A instituição do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 representa um marco significativo na tentativa de promover uma educação de qualidade e equitativa no Brasil. Entre suas metas ambiciosas, destaca-se a universalização da alfabetização de todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Além disso, o PNE estabelece objetivos claros para a formação continuada de professores, a melhoria das condições de trabalho nas escolas e a redução das desigualdades educacionais. O monitoramento contínuo do PNE através de indicadores específicos é fundamental para avaliar o progresso e identificar as áreas que necessitam de intervenção.

Além das políticas educacionais, programas específicos têm sido desenvolvidos para enfrentar os desafios da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade. O Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é uma dessas iniciativas, focada em garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os oito anos de idade. Calejon (2011, p. 99) destaca que:

O PNAIC inclui a formação continuada de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos específicos e a implementação de práticas pedagógicas eficazes. Estudos mostram que o PNAIC tem contribuído para a melhoria dos índices de alfabetização, especialmente em regiões mais carentes.

O Bolsa Família, um programa de transferência de renda condicionada, também desempenha um papel importante na promoção da educação. Ao vincular a transferência de recursos à frequência escolar das crianças, o Bolsa Família incentiva as famílias a manterem seus filhos na escola. Assim:

Essa medida contribui para a redução da evasão escolar e para a melhoria dos índices de alfabetização e letramento. Pesquisas indicam que as crianças beneficiadas pelo Bolsa Família têm melhores taxas de frequência escolar e desempenho acadêmico, evidenciando o impacto positivo das políticas de assistência social na educação (CALEJON, 2011, p. 100).

Internacionalmente, a Declaração de Incheon e o Marco de Ação para a Educação 2030, promovidos pela UNESCO, estabelecem uma agenda global para a educação inclusiva e equitativa. Esses documentos destacam a importância das políticas públicas na garantia de uma educação de qualidade para todos, incluindo a alfabetização e letramento. “A UNESCO enfatiza a necessidade de investimentos sustentáveis em educação, a formação de professores, o desenvolvimento de currículos inclusivos e a promoção de parcerias entre governos, sociedade civil e setor privado” (DOURADO 2003, p. 21).

A atuação do governo não se limita apenas à criação e implementação de políticas e programas. A avaliação contínua dessas iniciativas é fundamental para garantir sua eficácia. A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação permite identificar boas práticas, corrigir desvios e ajustar as estratégias de acordo com as necessidades emergentes. Para Fernández Enguita (1989, p. 09):

A Lei de Responsabilidade Educacional (em discussão no Brasil) é um exemplo de como a transparência e a prestação de contas podem ser incorporadas à gestão educacional, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e que as metas educacionais sejam alcançadas.

A promoção da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social requer um compromisso contínuo e articulado entre diferentes setores da sociedade. “As políticas públicas desempenham um papel central na criação de condições favoráveis para a educação, mas é essencial que essas políticas sejam implementadas de maneira integrada, envolvendo governos, escolas, famílias e comunidades” (ENGUITA, 1989, p. 10). A colaboração entre diferentes atores e a utilização de abordagens baseadas em evidências são fundamentais para enfrentar os desafios e promover uma educação inclusiva e equitativa.

Em conclusão, as políticas públicas são essenciais para a promoção da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social. A criação de um ambiente educacional favorável depende de políticas educacionais abrangentes, programas específicos e a integração de estratégias de assistência social. A implementação e avaliação contínua dessas políticas são fundamentais para garantir que elas atendam às necessidades das populações vulneráveis e contribuam para a redução das desigualdades educacionais.

## V. Considerações Finais

O presente artigo explorou os desafios da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social, destacando como fatores socioeconômicos e culturais impactam esses processos essenciais para o desenvolvimento humano e a cidadania plena. A análise mostrou que a alfabetização e o letramento vão além da simples aquisição de habilidades de leitura e escrita, sendo fundamentais para a inclusão social e a redução das desigualdades. Utilizando as teorias de autores como Pierre Bourdieu, Lev Vygotsky, Paulo Freire, Magda Soares, Jean Anyon e Bernard Lahire, foi possível compreender a complexidade do tema e os múltiplos fatores que influenciam o desempenho educacional em áreas desfavorecidas.

O estudo revelou que a pobreza, a falta de infraestrutura escolar, a escassez de materiais didáticos e a necessidade de trabalho infantil são barreiras significativas para a alfabetização e letramento. Além disso, a desigualdade de capital cultural e econômico entre as famílias perpetua as disparidades educacionais, dificultando a ascensão social dos indivíduos provenientes de classes menos favorecidas. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel crucial na criação de um ambiente educacional favorável.

Os Programas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, juntamente com iniciativas específicas como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Bolsa Família, são fundamentais para enfrentar esses desafios. Esses programas buscam garantir a formação continuada de professores, melhorar as condições de trabalho nas escolas e promover a inclusão social através da educação. A colaboração entre governos, escolas, famílias e organizações não-governamentais é essencial para criar uma rede de apoio que amplie as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

As tecnologias educacionais também emergem como uma ferramenta poderosa para complementar o ensino tradicional, oferecendo novas formas de engajamento e aprendizado. Plataformas educacionais online, aplicativos de leitura e recursos didáticos digitais podem ajudar a superar algumas das limitações impostas pela pobreza e pela falta de recursos.

Em conclusão, a promoção da alfabetização e letramento em contextos de vulnerabilidade social requer um compromisso contínuo e articulado entre diferentes setores da sociedade. As políticas públicas devem ser implementadas de maneira integrada e avaliadas continuamente para garantir sua eficácia. Além disso, práticas pedagógicas inclusivas e a valorização das experiências e conhecimentos prévios dos alunos são essenciais para promover uma educação de qualidade. Com um enfoque integrado e adaptado às realidades locais, é possível transformar a educação e, conseqüentemente, a vida de milhares de brasileiros, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

- [1] Abramovay, Miriam. Juventude, Violência E Vulnerabilidade Social Na América Latina: Desafios Para Políticas Públicas, Brasília: Unesco, Bid, 2002.
- [2] Alarcão, Isabel. Escola Reflexiva E Nova Racionalidade. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- [3] Alves, Marciana Gomes Falcão. O Lugar Da Escola: As Representações Sociais De Famílias Em Situação De Vulnerabilidade Social. 2014. 102 F. Dissertação (Mestrado) - Curso De Psicologia Clínica, Unicap/Pe, Recife, 2012
- [4] Anyon, J. Escolarização No Gueto: Uma Economia Política Da Reforma Educacional Urbana. Nova York: Teachers College Press, 1997.
- [5] Arnout, Cristina I. S. Formação Continuada De Professores: Indicadores Para Uma Política Na Rede Municipal De Itaara. 2019. Dissertação De Mestrado (Mestrado Profissional Em Políticas Públicas E Gestão Educacional) Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- [6] Bolzan, Dóris P. V. Formação De Professores: Compartilhando E Reconstruindo Conhecimentos. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- [7] Bourdieu, P.; Passeron, J.-C. A Reprodução: Elementos Para Uma Teoria Do Sistema De Ensino. 2. Ed. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1975.

- [8] Brasil. Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996. Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Diário Oficial Da União: Seção 1, Brasília, Df, 23 Dez. 1996.
- [9] Brasil. Lei Nº 13.005, De 25 De Junho De 2014. Aprova O Plano Nacional De Educação - Pne E Dá Outras Providências. Diário Oficial Da União: Seção 1, Brasília, Df, 26 Jun. 2014.
- [10] Brasil. Ministério Da Educação. Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa. Documento Orientador. Brasília: Mec, 2012.
- [11] Brasil. Ministério Da Educação. Plano Nacional De Educação 2014-2024: Documento Referencial. Brasília: Mec, 2014.
- [12] Calejon, Laura Marisa Carnielo. Desempenho Escolar E Vulnerabilidade Social. Revista Exitus, Vol. 01, N. 01, Jul./Dez. 2011.
- [13] Carmo, Michelly Eustáquia Do. O Conceito De Vulnerabilidade E Seus Sentidos Para As Políticas Públicas De Saúde E Assistência Social. Cadernos De Saúde Pública, [S.L.], V. 34, N. 3, P. 1-14, 26 Mar. 2018.
- [14] Fapunifesp (SciELO). [Http://Dx.Doi.Org/10.1590/0102-311x00101417](http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00101417). Disponível Em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7896>> Acesso Em: 18 Mai. 2024
- [15] Carneiro, Carla. Bronzo.; Veiga, Laura. O Conceito De Inclusão, Dimensões E Indicadores. Belo Horizonte: Secretaria Municipal De Coordenação Da Política Social, 2004.
- [16] Contreras, José. A Autonomia De Professores. São Paulo: Cortez, 2002.
- [17] Dedecca, Cláudio S. Et Al. Aspectos Conceituais Da Vulnerabilidade Social Projeto De Qualificação Social Para Atuação De Sujeitos Ou Grupos Sociais Na Negociação Coletiva E Na Gestão De Políticas Públicas. Convênio Mte - Dieese. Ministério Do Trabalho E Emprego, Secretaria De Políticas Públicas De Emprego – Sppe Departamento De Qualificação – Deq, 2007.
- [18] Dourado, Luiz Fernandes. A Escolha De Dirigentes Escolares: Políticas E Gestão Da Educação No Brasil. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto Et Al. Gestão Democrática Da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- [19] Fernández Enguita, Mariano. A Face Oculta Da Escola: Educação E Trabalho No Capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- [20] Ferreira, Emília. Alfabetização Em Processo. São Paulo: Cortez, 1996.
- [21] Ferreira, Emília. Reflexões Sobre Alfabetização. São Paulo: Cortez, 2000.
- [22] Ferreira, Emília. Com Todas As Letras. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [23] Ferreira, E.; Teberosky, A. Psicogênese Da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- [24] Freire, P. Pedagogia Do Oprimido. 50ª Ed. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 2005.
- [25] Garcia, Regina Leite. Alfabetização Dos Alunos Das Classes Populares: Ainda Um Desafio. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [26] Gouvêa, G. F. O Plano Nacional De Educação E Os Desafios Para A Qualidade Da Educação Básica No Brasil. Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação, V. 32, N. 1, P. 23-45, 2016.
- [27] Jacomini, Márcia Aparecida. Educar Sem Reprovar. São Paulo: Cortez, 2010.
- [28] Lahire, B. A Cultura Dos Indivíduos: A Construção Social Das Disposições. São Paulo: Artmed, 2004.
- [29] Martins, Edivaldo César Camarotti. Construindo Uma Escola Eficaz: Boas Práticas Escolares E Fatores De Alto Desempenho Em Escolas De Alta Vulnerabilidade Social. 2015. 224 F. Dissertação (Mestrado) - Curso De Centro De Ciências Humanas E Sociais Aplicadas, Puc, Campinas, 2015.
- [30] Paro, V. H. Gestão Democrática Da Escola Pública. São Paulo: Cortez, 2000.
- [31] Soares, M. Letramento: Um Tema Em Três Gêneros. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- [32] Unesco. Declaração De Incheon E Marco De Ação Para A Educação 2030: Rumo A Uma Educação Inclusiva E Equitativa De Qualidade E À Educação Ao Longo Da Vida Para Todos. Incheon: Unesco, 2015.
- [33] Vygotsky, L. S. A Formação Social Da Mente: O Desenvolvimento Dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1978.